

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

ITALA SILVANA DE OLIVEIRA PAES BARRETO

PENITENCIÁRIA ABERTA DO SERTÃO: entre a construção e a submersão (1970-1988)

RECIFE – PE

2022

ITALA SILVANA DE OLIVEIRA PAES BARRETO

PENITENCIÁRIA ABERTA DO SERTÃO: entre a construção e a submersão (1970-1988)

Relatório técnico para apresentação de produto à banca de qualificação do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador (a): Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar

RECIFE – PE

2022

P126p Paes Barreto, Itala Silvana de Oliveira
Penitenciária aberta do sertão : entre a construção e a
submersão (1970-1988) / Itala Silvana de Oliveira Paes
Barreto, 2022.
44 f. : il.

Orientador: Tiago da Silva Cesar.
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.
Mestrado Profissional em História, 2022.

1. Floresta (PE) - História. 2. Prisões - Floresta (PE) - História.
3. Itaparica, Barragem de (PE) - História. I. Título.

CDU 981.34

Pollyanna Alves - CRB4/1002

FOLHA DE APROVAÇÃO

Itala Silvana de Oliveira Paes Barreto

PENITENCIÁRIA ABERTA DO SERTÃO:

entre a construção e a submersão (1970-1988)

Trabalho de conclusão de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Aprovada em 17/ 08 / 2022

BANCA EXAMINADORA



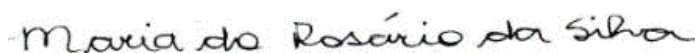
Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar (Orientador e Presidente da Banca)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP



Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca (Membro Externo)

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ



Prof. Dr. Maria do Rosário da Silva (Avaliador interno)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

[...] a produção de conhecimento histórico defronta desafios consideráveis: de um lado, a necessidade de conviver humildemente com outras formas do saber; de outro, a generalizada expectativa da “luz da verdade”, de respostas definitivas – algo impossível até para as ciências da natureza. (FICO, 2021, p. 32).

AGRADECIMENTOS

Quando falamos em agradecimento lembramos primeiro de DEUS, nosso criador, Ele que nos dá a força a cada dia para levar adiante nossos projetos de vida, mesmo enfrentando todas as dificuldades, dando um passo por vez, vamos seguindo em frente. Depois lembramos da família, base incontestável, nosso suporte nesse mundo tão conturbado, cheio de emoções e surpresas, ela que nos ampara, nos suporta, nos aconselha e nos ajuda, aceitando nossa ansiedade e mau humor, com paciência, e silenciando com um sorriso de compreensão que só o amor sabe dar. Agradeço ao meu marido pelo amor, paciência, carinho e suporte em todos os momentos da minha vida. Meus irmãos, tão presentes no dia a dia, nos almoços dos finais de semana; minhas sobrinhas e sobrinhos que me incentivam e se enchem de orgulho me acompanhando estudar e meus sobrinhos-netos que alegram e preenchem minha vida de alegria. Família é o amor de DEUS presente em nossa vida para nos lembrar que não estamos sozinhos nunca. Depois lembramos dos amigos, sempre em um lugar privilegiado, são muito importantes. Que seria do mundo sem os amigos? Eles são a nossa alegria de viver, pois nos ajudam a levar a vida de forma mais leve, mais divertida e com mais humor. Os amigos, aqueles com quem contamos nas horas de alegria e nas horas de tristeza, a gente conta nos dedos da mão, como diz minha mãe, mas são suficientes para encher nosso coração de tanta alegria e emoção que não precisaríamos de mais, eles são o suficiente. Basta saber conservá-los, mantê-los, alimentar a amizade com sinceridade e atenção. “Puxar orelhas” quando necessário, faz parte, pois amigos devem, sim, falar a verdade quando precisamos ouvir. E foi por influência de uma grande amiga, que decidi fazer o Mestrado de História. Esse mestrado foi uma decisão importante na minha vida, um desafio que resolvi enfrentar durante essa pandemia da covid-19 que assolou o mundo inteiro e ceifou tantas vidas. Conviver com o medo de contrair a doença e morrer, de perder um familiar ou amigo foi uma constante nesse período, principalmente pelo fato de meus filhos viverem fora do Brasil e as viagens terem sido proibidas por questões sanitárias de segurança. Nossos contatos foram virtuais durante esse tempo e isso é uma grande conquista da tecnologia para o mundo atual. Quero também agradecer a um grupo especial de pessoas, pois sem eles não haveria nenhum sentido fazer esses agradecimentos: meus professores, orientador e consultor acadêmico. Figuras

fundamentais que, de forma eficiente, souberam administrar seus conhecimentos, superando todas as dificuldades desse período de pandemia, adaptando as aulas para o modo on-line em salas de aula virtuais, criadas em plataformas totalmente adaptadas às nossas necessidades e funcionalidades, sendo pioneiros na modalidade, quando outras Universidades ainda estavam pensando como resolver a questão, os professores, coordenadores e a UNICAP já estavam um passo à frente. Meu orientador, que à época era o coordenador do curso de História, Doutor Tiago César, que foi o responsável pelo meu desenvolvimento enquanto pesquisadora, mostrou como um pesquisador deve conduzir de forma séria e responsável sua pesquisa e ler seus trabalhos, foi fundamental para me abrir os horizontes como pesquisadora. Meu consultor acadêmico Bráz Pereira, também foi muito importante para a realização da pesquisa, me transmitiu seus conhecimentos e me tirou dúvidas, durante minhas pesquisas, me incentivou nos momentos de desânimo, me dando incentivo para seguir adiante, eu sempre digo a ele “Bráz, você é um anjo que caiu do céu” pela paciência e determinação com a qual ele faz o trabalho a que se propôs. Sem interferir nas minhas escritas, ele me faz pensar em ser mais direta, mais objetiva. Finalmente, gostaria de agradecer a todos que de forma direta e indireta me ajudaram, fortalecendo meu conhecimento e meu espírito com bom ânimo e determinação. Chegando a esta etapa do mestrado, também não poderia deixar de agradecer à estimada Profa. Dra. Maria do Rosário da Silva e ao estimado Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas por terem gentilmente aceitado tanto o convite de participarem do meu exame de qualificação, realizando pertinentes contribuições, ao aceitarem participar da etapa da defesa pública. A Sra. Letícia Lins, a Sra. Luciana Caravelas, por ter nos atendido tecendo comentários de uma importante reportagem sobre nosso objeto de pesquisa, agradeço ainda a Prefeitura Municipal de Floresta, a CHESF, e ao CEHM, por nos fornecer dados da “Região do Pajeú”. E finalmente, dedico este trabalho a algumas pessoas especiais na minha vida: minha mãe, meu marido, meus filhos, meus netos, meus genros, minha nora, meus irmãos e meus amigos.

RESUMO

Neste trabalho analisamos a construção e o desalojo da primeira penitenciária aberta do sertão, levantada em Floresta, município sertanejo do estado de Pernambuco, às margens do Rio São Francisco, durante a década de 1970, estendendo nossas reflexões até a sua completa inundação, em 1988, devido à barragem de Itaparica. Tal construção, assim como outras de menor porte, fixadas entre o agreste e o sertão pernambucano, visavam descentralizar o sistema penitenciário da cidade do Recife. Para isso nos valem de fontes variadas, desde jornais de grande circulação regional, como o Diário de Pernambuco, até mesmo periódicos e revistas da então capital do Brasil, tais como o Jornal do Brasil, Revista Manchete e O Cruzeiro. Além da imprensa, lançamos mão de documentos digitalizados e disponíveis em sites das companhias responsáveis pelas obras da barragem de Itaparica, a exemplo da Chesf e da Codevasf, ademais da legislação pertinente. Como aportes teórico-metodológicos, nos valem ainda de algumas reflexões ou dicas metodológicas de autores como Michel Foucault e Erving Goffman, sobretudo para pensar as instituições de confinamento e o regime disciplinar, e Tânia de Luca para o que diz respeito ao uso de periódicos. Para pensar a região Nordeste e as barragens, utilizamos autores como Luciano Menezes, Juracy Marques e Alfredo Almeida. Verificamos que a “modernidade carcerária” chegou ao sertão e, paradoxalmente, foi rapidamente destruída pelas águas da barragem de Itaparica. A cartilha que dará suporte aos resultados alcançados divide-se em três partes: 1) um panorama prisional pernambucano na década de 1970; 2) a idealização e construção da penitenciária de Floresta; 3) e sua desativação em “por água abaixo”.

PALAVRAS-CHAVE: Penitenciária Aberta do Sertão; sistema carcerário; barragem de Itaparica; Floresta (PE).

ABSTRACT

In this work we analyze the construction and eviction of the first open penitentiary in the hinterland, built in Floresta, a Brazilian city in the state of Pernambuco, on the banks of the São Francisco River, during the 1970s, extending our reflections until its complete flooding, in 1988., due to the Itaparica dam. This construction, as well as other smaller ones, set between the countryside and the Pernambuco hinterland, aimed to decentralize the penitentiary system in the city of Recife. For this, it used a variety of sources, from newspapers with large regional circulation, such as Diário de Pernambuco, to periodicals and magazines from the then capital of Brazil, such as Jornal do Brasil, Revista Manchete and O Cruzeiro. In addition to the press, digitized documents were used and available on the websites of the companies responsible for the works on the Itaparica dam, such as Chesf and Codevasf, in addition to the pertinent legislation. As theoretical-methodological contributions, we also make use of some reflections or methodological tips from authors such as Michel Foucault and Erving Goffman, especially to think about confinement institutions and the disciplinary regime, and Tânia de Luca regarding the use of journals. To think about the northeast region and the dams, we used authors such as Luciano Menezes, Juracy Marques and Alfredo Almeida. We verified that “prison modernity” arrived in the hinterland and, paradoxically, was quickly destroyed by the waters of the Itaparica dam. The booklet that will

support the results achieved is divided into three parts: 1) a Pernambuco prison panorama in the 1970s; 2) the idealization and construction of the Floresta penitentiary; 3) and its deactivation in “down the water”.

KEYWORDS: Hinterland; Open Penitentiary; Itaparica Dam; São Francisco Hydroelectric Company; History of Pernambuco.

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CDR – Casa de Detenção do Recife

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vales do São Francisco

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DP – Diário de Pernambuco

JB – Jornal do Brasil

MAB -Movimento dos Atingidos por Barragens

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST -Movimento dos Sem-Terra

PAS - Penitenciária Aberta do Sertão

SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	09
2 - DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	11
3 - DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	26
4 - APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	26
5 - APLICAÇÃO DO PRODUTO	33
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7 - LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES	36
8 - BIBLIOGRAFIA	38
ANEXO.....	40

1. INTRODUÇÃO

O cárcere é tema antigo nos assuntos de estados brasileiros, contudo, verificamos que na década de 1970, o sistema prisional tupiniquim passou por mudanças significativas, algumas delas reflexos diretos da ditadura civil-militar instaurada em 1964. Para o que diz respeito a Pernambuco, as fontes levantadas demonstram que o estado fora escolhido para sediar uma penitenciária modelo, tanto em questões arquitetônicas quanto em relação ao regime e supervisão de penas para todo o país.

Dessas ações surgiu a primeira Penitenciária Aberta do Sertão, construída em Floresta, município localizado no sertão pernambucano, no início da década de 1970, objeto de nossa pesquisa. A pergunta norteadora, talvez ainda não respondida completamente, é a seguinte: por que construir uma “penitenciária-modelo” no sertão pernambucano e em seguida inundá-la pelas águas de uma barragem, de modo não-acidental?

Quando adentrei no mestrado, o Brasil ainda estava enlutado pelos desastres ambientais ocorridos nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho, devido ao rompimento das barragens de rejeitos Fundão, e da mina do Feijão, respectivamente. Mesmo que a forma e a circunstância tenham sido diferentes, não deixamos de pensar sobre a situação calamitosa que se abateu não somente sobre o projeto reformador que representava a penitenciária aberta do sertão, mas também sobre algumas cidades que entre as décadas de 1970 e 1980, que tiveram total ou parcialmente as suas terras cobertas pelas águas do Rio São Francisco. Neste último caso, houve a chancela direta do estado de Pernambuco, o que a torna ainda mais peculiar.

A Penitenciária Aberta do Sertão (PAS) foi construída de acordo com os mais avançados padrões da época e com capacidade de absorver apenas de aproximadamente cinquenta municípios (JORNAL DO BRASIL, 1975, p. 32). Apesar de inaugurada em 1975, as águas que a submergiriam vieram pouco tempo depois com as obras da barragem de Itaparica, em 1979. Inferimos que para se realizar essas obras de tão grande vulto, possivelmente foram realizados projetos num período extremamente próximo ao da construção da penitenciária em questão, configurando assim um paradoxo.

A construção de barragens em torno do São Francisco, remonta ao início do século XX, sendo o principal motivo a necessidade de aproveitar o curso d’água e evitar os danos

causados pelos longos períodos de seca, tão conhecidos e eternizados pela história e a memória local, como as dos anos de 1877 e 1880 (BARBALHO, 2005, p. 139). Não era novidade para o governo que a Chesf, a partir da década de 1960, acelerou a expansão de barragens, sendo efetivadas a de Paulo Afonso III, em 1966, a de Moxotó em 1971, a de Paulo Afonso IV em 1975, a de Sobradinho em 1973, e, posteriormente, a de Itaparica (Pernambuco) em 1979 (MENEZES; MARQUES; SANTOS, 2018, p. 65).

Enfim, durante a ditadura civil-militar, houve paralelamente o discurso de criação de um “Brasil grande”, onde obras de vulto como a de readequação do sistema prisional e a construção de barragens coexistiam, por isso, acreditamos na hipótese da irresponsabilidade governamental. Ainda estamos em fase de pesquisas, contudo, ao analisarmos o conjunto de informações, verificamos a ausência de justificativas para que o Estado de Pernambuco investisse tanto dinheiro em uma obra que teoricamente traria benefícios ao sistema e à população carcerária, sem um planejamento sobre o local em que seria construída logo em seguida parte da barragem de Itaparica.

Durante a pesquisa percebemos uma carência de produções científicas, notadamente na área de história, sobre o tema-objeto que nos ocupa. Assim, este trabalho se justifica, dentre outras coisas, por se configurar como uma produção inédita acerca da “penitenciária submersa”. Nosso objetivo principal é compreender os motivos da construção e posterior inundação do prédio onde viria funcionar a Primeira Penitenciária Aberta do Sertão, procurando entender possíveis justificativas para o seu abandono e inundação ainda nos seus primeiros anos de funcionamento. Como foi possível coexistirem dois projetos que se chocariam em tão pouco tempo, a saber, a barragem de Itaparica e a PAS? Além disso, merece igualmente nossa atenção as consequências da inundação para o sistema prisional, como para os moradores das áreas afetadas.

Salientamos que utilizaremos diretrizes historiográficas, como as trazidas por Foucault, Goffman e Luca, além de dialogarmos com textos que apontam para o tema, a fim de tecer uma narrativa histórica consistente e disponibilizá-la para a sociedade em formato de cartilha digital, que constará de três grandes partes: na primeira, abordaremos, de forma panorâmica, o sistema prisional pernambucano da década de 1970, incluindo reformas que apostavam na construção de novas penitenciárias no estado; em seguida, focaremos na Penitenciária Aberta do Sertão: localização, questões prediais, etc.; na terceira parte,

trataremos da inundação da penitenciária, sem nos furtarmos a algumas reflexões das consequências que as águas de Itaparica acarretaram para além dos apenados.

Na cartilha poderão ser contempladas análises de um discurso governamental de “progresso” em contraste com o de “tristeza” de muitos ribeirinhos que ficaram sem suas casas e terras para subsistir. Esperamos que o produto sirva para o estudo de graduandos nas áreas de História e Direito, bem como a outros interessados no assunto. Destacamos que é um aporte preliminar das questões, fazendo votos de que pesquisas mais aprofundadas surjam futuramente.

Salientamos que para coletar dados de nossa pesquisa, nos valemos substancialmente de pesquisas a distância. E-mails, telefonemas, foram os meios que utilizamos para nos comunicarmos com a *Sra. Letícia Lins, jornalista* que produziu a matéria mais vasta sobre a Penitenciária do Sertão, porém ela relatou não lembrar mais da reportagem nem da penitenciária, conseguimos ainda conversar com a *Sra. Luciana Caravelas, advogada, herdeira dos direitos autorais do Sr. Natanael Gomes, fotógrafo*, que registrou imagens preciosas do prédio da PAS, infelizmente, ela informou que não possuía em seus arquivos nada que pudesse contribuir com esta pesquisa. Também, de forma remota, fomos atendidos pelo *setor de arquivo da CHESF*, que nos enviou partes de documentos sobre a negociação entre a referida companhia e o Governo de Pernambuco, sobre a inundação da área que correspondia a PAS. Em muito nos foi útil o site da *Hemeroteca Digital Brasileira*, portal que nos possibilitou realizar uma varredura em diversos periódicos, como o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Brasil*, revista *Manchete* e revista *O Cruzeiro*. Sobre o município de Floresta, na impossibilidade de retornar para fazer pesquisas orientadas, navegamos nos *sites* de sua Prefeitura e Assembleia Legislativa, e o panorama da região foi complementado a partir de material físico recolhido *in loco* no *Centro de Estudos de História Municipal (CEHM)*, órgão vinculado à *Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM)*.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Um desafio que nos tomou, a princípio, foi o despertar de que para escrever um texto historiográfico não bastava tratar do passado, era preciso metodologia, como evidenciou

Tânia de Luca (2020, p. 83). A autora ainda afirma que o ofício do historiador é analítico, e não espontâneo. Há necessidade da leitura de bibliografia específica de forma estratégica: “[...] a escrita da história impõe rigor, tanto que não é o enredo que distingue a produção do historiador daquela do jornalista, ambos podem abordar exatamente a mesma questão, o distanciamento fica por conta dos procedimentos adotados.” (LUCA, 2020, p. 84).

Procurando fazer jus aos procedimentos analíticos concernentes ao fazer historiográfico nos concentramos em definir um tema, um recorte cronológico, problematizá-lo, buscar bibliografia pertinente e selecionar fontes. Como muitas de nossas fontes são oriundas da imprensa escrita, nos norteamos por Maria Helena Capelato (1988, p. 34) visto que a autora aponta que os jornais podem ser uma fonte histórica relevante desde que se tenha consciência que as notícias não são neutras, logo é preciso interpretá-las, e perceber quais finalidades político-sociais elas querem moldar nos leitores.

Frisada essa acuidade, que temos diante das fontes jornalísticas, nos chamou atenção a notícia da solicitação de uma CPI para investigar o caso da Penitenciária de Floresta:

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi solicitada pelo líder do MDB na Assembleia legislativa, deputado João Ferreira Lima com o objetivo de apurar os prejuízos que os governos estadual e federal terão com a Penitenciária de Floresta. Localizada à margem do São Francisco e que ficará submersa, com a construção da Barragem de Itaparica. Argumentou ter sido a obra realizada na gestão do ex-secretário da Justiça José Paes de Andrade que, na época, tinha conhecimento da construção de Itaparica, daí não entender as razões que levaram o Governo, num Estado tão carente de recursos como Pernambuco, a edificar uma penitenciária cuja vida útil, não alcançaria uma década. [...] Na opinião do Parlamentar, o Governo deve fixar as responsabilidades para que o exemplo do ex-secretário não seja imitado por outros [...] Por sua vez, o deputado Honório Rocha, da ARENA, disse que a penitenciária foi edificada antes da fixação de cotas para a barragem [...] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/11/1975, p. 5).

Na matéria salta às vistas mais que uma pauta relevante ao povo, fica evidente uma briga política envolvendo agentes de grupos opostos, ou seja, MDB *versus* ARENA. Nas nossas pesquisas não obtivemos respostas contundentes se a comissão prosseguiu, há uma grande incógnita sobre responsabilizações e punições na esfera dos “poderosos”, sabemos quem foi de fato punido: os pagadores de impostos, e, sobretudo, os ribeirinhos. A seguir trataremos um breve arcabouço do que visualizamos, envolvendo diversos cenários que contribuíram para o desenvolvimento do nosso tema.

A vida na capital e no interior

Para o historiador Luís Manuel Domingues do Nascimento (2004, p. 74), o Recife durante o governo militar no período de abril de 1964 a março de 1985, vivia um a fase de conflitos econômicos e sociais, principalmente para a população mais pobre que dependia dos serviços do estado, como a seguridade social em que os direitos das pessoas de baixa ou nenhuma renda, sempre eram “deixados pra trás” em relação aos empresários e produtores abastados.

Essas dificuldades não existiam para os grandes latifundiários, industriais e comerciantes do Nordeste do país, pois sempre tinham seus bens e insumos financiados a baixo custo. O capital destinado ao desenvolvimento agrícola era reservado aos grandes latifundiários, além de financiamentos a juros baixos, isenções, incentivos fiscais com todas as facilidades para os capitalistas e empresários.

Se na capital a vida do trabalhador era complicada, não podíamos dizer o oposto do interior de Pernambuco. Aqui destacamos o sertão que, já tão massacrado pelas catástrofes naturais, ainda sofria com descasos de governantes, o que gerava, dentre outros flagelos, a fome. Por parte da classe dominante, as coisas também eram bem diferentes, os latifundiários tinham uma vida demasiadamente confortável, opostamente ao que vivenciavam os simples camponeses.

Pequenos agricultores e latifundiários seguiram travando embates, para nós, claramente, uma luta desleal, que quase sempre trazia benefícios aos fazendeiros, já os camponeses, muitas vezes ameaçados e sem recursos, perdiam suas terras, suas vidas ou liberdade. Na mesma época em que se davam esses conflitos, o governo iniciou vários projetos de construção de presídios em várias cidades, em grande parte para facilitar o encarceramento dos mais pobres.

Nesse contexto, convém apresentarmos a cidade sertaneja de Floresta, que é situada no Vale do São Francisco e é banhada pelo rio de mesmo nome, sendo muito importante para as cidades por onde ele passa, banhando e fertilizando as terras nos períodos sazonais. O rio nasce em Minas Gerais, tem 2.700 km de comprimento e a área de sua bacia mede 640.000

km, percorre os estados de Bahia, Alagoas, Pernambuco, Sergipe e deságua no oceano Atlântico. Por sua extensão ligar as regiões Nordeste e Sudeste, servindo de transporte de pessoas e mercadorias, o São Francisco também é conhecido como “rio da integração Nacional”.

A historiadora Tatiana Valença Ferraz (2004, p. 20) acrescenta que Floresta surgiu, por volta do século XVIII com as marcações da localidade conhecida como Fazenda Grande, às margens do Rio Pajeú, principal afluente do Rio São Francisco, maior curso de água da região. A cidade dispõe de jazidas de ferro, granito e pedreiras de calcário e tem clima semiárido.

Com a notícia da construção da Barragem de Itaparica, uma tensão a mais gerou preocupações nos pequenos proprietários, a inundação e seus malefícios como podemos contemplar nos versos a seguir:

[...]
 Quando começaram a crer
 Que tudo ia inundar
 Homens, mulheres e crianças
 Começaram a reclamar
 Meu Deus como a vida vai ficar
 [...]
 O que nos preocupa
 É nosso reassentamento
 Pasto pra nossas cabras
 Capim para nossos jumentos
 Sem terra, pasto e capim
 Acaba nosso sustento¹

Tais versos trazem um pouco da dor e da luta da parcela mais sacrificada de Floresta, a população ribeirinha que vivia de pesca e agricultura de subsistência.

O cenário prisional do Recife e a repercussão no sertão

¹ Esses versos de Manoel Fulgêncio fazem parte de um folheto que narra a luta entre trabalhadores rurais e a Chesf, e foram transcritos no Diário de Pernambuco em 28 de fevereiro de 1988.

Foi no governo de Nilo de Souza Coelho, (1920 – 1983), político vinculado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que surgiu o *Projeto Massangano*, que depois foi chamado de *Projeto Senador Nilo Coelho*, formado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) com 20.000 hectares irrigados para o plantio de várias culturas. Foi durante a sua permanência no cargo que foi criado o projeto da penitenciária do sertão, para receber os presos da Casa de Detenção do Recife (CDR), antiga cadeia, hoje Casa da Cultura de Pernambuco, que seria fechada. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 13/05/1970, p. 4).

Conseqüentemente, com o fechamento da CDR em 1973, depois de quase 120 anos de funcionamento, o prédio estava em péssimas condições de funcionamento, superlotado e precisando de reforma. Localizava-se no centro da cidade do Recife, causava transtorno aos moradores e aos comerciantes locais que sentiam desconforto com as cenas de violência e com as fugas.

Com tantas transformações e acontecimentos, o governo decidiu construir mais presídios, motivado também pelos conflitos políticos e sociais, inclusive no sertão, pois os latifundiários ocupavam áreas para plantio de cana de açúcar para produção de álcool, expulsando os agricultores de suas terras e de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), há notícia de que 1566 trabalhadores rurais foram assassinados entre os anos de 1962 a 1989.²

A promessa do Governo seria converter o cenário de superlotação em uma perspectiva mais humanizada, levando aos apenados condições dignas para habitar o cárcere como também trabalhar nele realizando a chamada “laborterapia”, proposta de moralização e disciplinamento do preso que remontava ao século XIX (CESAR, 2021a; 2021b), baseada numa combinação entre estudo e trabalho a fim de evitar a ociosidade, “mãe de todos os vícios”. Levando em consideração que a PAS seria edificada em áreas cultiváveis e irrigadas, em relação a laborterapia, foi proposto o cultivo de algumas lavouras, como por exemplo a de cebola, um dos vegetais-símbolo de Floresta, constando inclusive na bandeira e brasão do município³.

² Repressão após o Golpe. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

³ Vide imagens nº 1 e 2 do Anexo - lá constam uma reconstituição do trabalho laborterápico com a lavoura de cebolas bem como o brasão do Município de Floresta.

Construções da penitenciária e da barragem de Itaparica

Floresta é um município com uma área de 3.674,0 Km², que está localizado na Mesorregião do São Francisco, Pernambucano, na Microrregião de Itaparica, limitando-se ao Norte com Serra Talhada, Betânia e Custódia, ao sul com Inajá, Tacaratu, Petrolândia e o Estado da Bahia, a Leste com Ibimirim e a Oeste com Carnaubeira da Penha e Itacuruba (IBGE, 2022, [s.p.])⁴.

Conforme apontado anteriormente, o sistema prisional pernambucano passou por reformas na década de 1970. Nesse contexto de transformações, o município de Floresta desponta como destaque no sertão, e estrategicamente foi escolhido para sediar a primeira penitenciária sem grades do Brasil. O Diário de Pernambuco de 08 de outubro de 1972, em matéria de capa, intitulada “Floresta terá a primeira penitenciária sem grades” elucida como foi a cerimônia do lançamento da pedra fundamental da penitenciária.

A supracitada reportagem faz uma alusão à importância da referida solenidade tendo em vista o número de autoridades presentes como o Governador Eraldo Gueiros Leite, o Juiz Antônio Luiz Lins de Barros, das Execuções Penais, vários secretários de Estado, deputados estaduais e vereadores daquela área, contudo, não aponta a participação da população comum, essa aparece apenas no discurso das autoridades como agentes de construção, via trabalho braçal, que abarcaria cerca de duzentos operários e futuramente para os apenados. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/10/1972, p. 1).

A pedra fundamental da penitenciária foi colocada na área da fazenda Ouro Branco em Floresta/PE, pertencente ao governo e foi escolhida para a construção da PAS. Com cerca de 700 hectares⁵ selecionada pelo Departamento de Produção, Serviços Técnicos e Inspetoria de Presídios,⁶ órgão da Secretaria do Interior e Justiça, sob a administração do Governo do Estado. O Governador Eraldo Gueiros Leite, natural de Canhotinho no agreste foi governador de Pernambuco de 1971 a 1975 deu andamento ao projeto de construção, que, para ele, seria

⁴ A localização do município de Floresta em relação ao estado de Pernambuco pode ser brevemente visualizada na imagem nº 3 do Anexo.

⁵ Na Imagem nº 4 do Anexo temos uma noção cartográfica desta área.

⁶ Sistema Penitenciário do Estado, sob a orientação do Governador Eraldo Gueiros Leite, o Secretário José Paes de Andrade administram o Sistema Penitenciário juntamente com outros três departamentos: o Departamento de Produção, Serviços Técnicos e Inspetoria de Presídios.

de grande importância para a comunidade local que teria oportunidade de receber seus familiares presos mais próximos.

Com terreno definido, e obras simbolicamente iniciadas, veio a promessa para a entrega da Penitenciária de Floresta para o ano seguinte, isto é, 1973, muitas propagandas eram feitas e com elas vinham adiamentos. A inauguração se deu de fato em 1975 – último ano do governo Gueiros. Fato veiculado no Diário de Pernambuco com a reportagem: “Sertão tem agora a melhor penitenciária do Brasil”. Em tom ufanista, aponta que a “inauguração marcou época”, sendo a Penitenciária um “Orgulho do Sertão”, e dá a entender que esse sentimento é corroborado tanto pelos políticos, quanto pela população visto o frisson causado pela festa de inauguração testemunhada por mais de cinco mil pessoas” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/03/1975, p. 12).

Apesar do número de reportagens do Diário de Pernambuco ser vasto em relação à PAS, houve uma carência na descrição fotográfica depois de construída. Creditamos ao Jornal do Brasil a reportagem com melhor apelo visual que encontramos⁷, a reportagem “Penitenciária do Sertão: a sentença cumprida em espaço aberto” traz um aparato prisional onde a claridade predominava, o que distanciava da sensação de esmagamento dos presídios comuns, além do que os apenados poderiam transitar tranquilamente por suas dependências externas e ainda realizar atividades agropecuárias. No seu interior, em vez de celas, quartos arejados sem cadeados nas portas. (JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32).

Ainda segundo a reportagem, o presídio contava com auditório, alfaiataria, sala para pequenas cirurgias e exames laboratoriais, isolamento para casos de doença contagiosas, além de quartos para encontros conjugais. A repórter cita diálogos que teve com o assistente social Modestino Arruda Fontes e com o ex-delegado de Floresta, sargento Euclides, o primeiro via com boas expectativas a nova modalidade prisional, já o segundo não admitindo o método, chegou a enfatizar que o tratamento maleável poderia induzir a criminalidade no sertão “Com esse tratamento todo mundo vai querer ser criminoso aqui no sertão.” (JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32).

O teor “linha-dura” da fala do sargento Euclides, possivelmente estava alinhado com o que se via em outras prisões do Brasil, sem triagens, sem condições dignas para se cumprir as penas. Para ficar na nova penitenciária aberta, contudo, era preciso preencher alguns

⁷ Dispomos uma fotografia da fachada da PAS trazida pelo Jornal do Brasil na imagem nº 5 do Anexo.

requisitos. “O detento deve ser primário [...] não ser qualificado como de alta periculosidade, ter família residente na região, ter tendência para a agropecuária e não cumprir pena superior a seis anos. JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32).

Sucintamente, as edificações da PAS subdividiam-se em cinco grandes blocos a) *Prédio da Penitenciária*; b) *Residência do Diretor*; c) *Residências para policiais*; d) *Residência do Comandante*; e e) *Quartel da Polícia Militar*. Alguns detalhes dessas subdivisões podem ser conferidas no quadro nº 1:

Quadro nº 1 – Edificações da Penitenciária Aberta do Sertão (PAS)

PENITENCIÁRIA DO SERTÃO (FAZENDA OURO BRANCO, FLORESTA-PE)	
EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÕES
Prédio da Penitenciária	Construído de tijolos, coberto de telhas, laje de concreto, piso de mosaico, contendo secretaria, alojamento militar, salas de prisões, salas de reuniões e refeitório, cozinha, almoxarifado, lavanderia, padaria, serviço médico, apartamentos, depósito, oficinas e corredores, instalações hidráulicas e elétricas embutidas, rebocadas, pintura em látex com massa corrida, portas de madeira pintadas a óleo, grades de ferro, paredes revestidas de azulejos, dois salões destinados a cozinha, refeitório, lavanderia, posto médico, banheiros, área externa cimentada, perfazendo uma área de 2.982,60m ² .
Residência do Diretor	Medindo 3.000,00 m ² .

Residência para policiais	I - com 39,98 m quadrados no lote 3, edificada num terreno de 192,00 m ² II- no lote 4, com 5,35 m ² ; III -numa área de 240,00 m ² No lote 30 com 95,41 m ² .
Residência do Comandante	Lotes 11 e 12, com 116,56 m ² .
Quartel da Polícia Militar	Situada nas quadras 09/122 e 09/123 lote único, com quatro blocos com área construída de 814,46 m quadrados em terreno de 8.320,00 m ² .

Fonte: Elaborado própria / Dados do Governo do Estado de Pernambuco, 1999.

A informações trazidas no quadro nº 1 estão contidas numa escritura pública de Desapropriação e Dação em Pagamento, celebrada entre o Estado de Pernambuco e a Chesf. Note-se que o caráter descritivo do documento privilegiou o “Prédio da penitenciária”, que a nosso ver sobressai como um complexo, uma vez que incluía além das celas, atividades de automanutenção dos serviços prisionais, como a lavanderia e a padaria. Depois do complexo destinado aos detentos, a maior parte do equipamento prisional se destinava aos agentes da ordem e administradores do recinto: policiais, comandante, diretor.

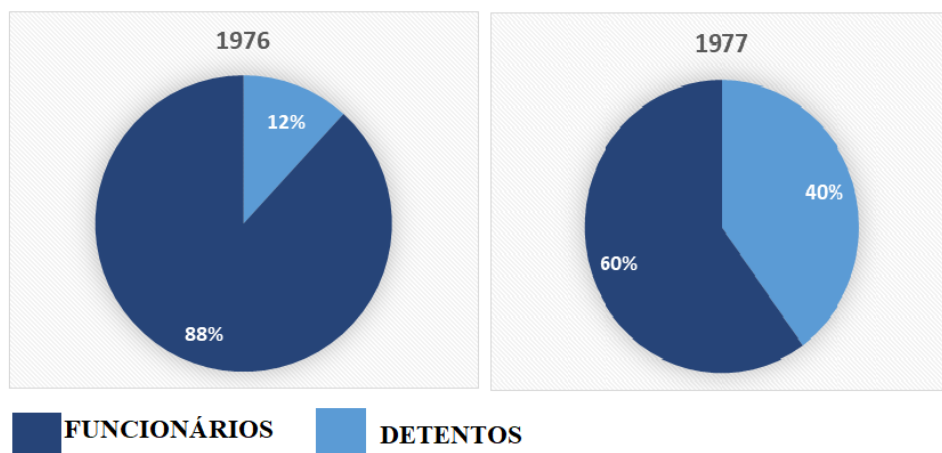
Conforme noticiado pelo Diário de Pernambuco, cerca de um ano após inaugurada, a penitenciária possuía oito detentos e sessenta funcionários, que foram contratados sem licitação pelo caráter de urgência de sua inauguração. A discrepância entre as duas categorias salta aos olhos. A pouca incidência de apenados foi vista como decorrência da “população rarefeita” e pelo baixo índice de criminalidade. A ironia esteve presente na reportagem. Foi sugerido que “para dar-lhe lotação de sua capacidade instalada, sugere-se uma forma prática: considerar presidiários, todos os seus 60 servidores como inclusos no crime de vadiagem, devidamente estabelecido na legislação penal. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/05/1976, p. 2).

Ainda em 1976, tendo em vista a iminente inundaçã, foi ordenada a transferênci dos poucos detentos lotados na Penitenciária de Floresta para “[...] cumprir suas sentenças em Itamaracá ou Canhotinho” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 20/

02/1976). Contudo, percebemos que a remoção não foi imediata, no ano de 1977, a Penitenciária contava com quarenta apenados (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13/02/1977, p. 82).

Gráfico nº 1 Contingente populacional da penitenciária

LOTAÇÃO DA PENITENCIÁRIA DO SERTÃO



Fonte: Elaboração própria / Dados do Diário de Pernambuco

No Gráfico ° 1 podemos notar a lotação da Penitenciária de Floresta no biênio 1976-1977. Verificamos que, apesar do aumento substancial de apenados, em 1976, há um desnível acentuado entre. Corriqueiramente, percebe-se nas instituições prisionais o inverso, isto é, um número de funcionários bem inferior à quantia dos apenados. O que causa estranhamento, contudo, é que não foram encontrados dados que nos fornecessem os motivos dessa discrepância, apenas críticas da imprensa.

Do púlpito da Assembleia Legislativa do Estado, a decisão dessa transferência foi contestada pelo deputado florestano Vital Novaes argumentando que a barragem de Itaparica demoraria alguns anos para ser abastecida, e que a Penitenciária do sertão rendia frutos, tanto no trabalho humanitário quanto na autossustentabilidade: “dedicação ao cultivo do solo irrigado e produzindo em abundância diversos gêneros alimentícios bem como apresentando índices surpreendentes de produtividade”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/06/1977, p. 2).

A barragem de Itaparica teve suas obras iniciadas pela Chesf em 1979, com os custos muito elevados, não indenizou de imediato os moradores desapropriados que assistindo o avanço da construção e a falta de atenção com eles, começaram a participar de associações formais e informais, em busca de barrar o impacto das perdas sociais e ambientais, quando a CHESF estabeleceu o reassentamento e deslocamento forçado dos moradores, inclusive de indígenas. (VIANA JÚNIOR, 2018, p. 21).

A mídia retratava a barragem de Itaparica como uma grande potência na geração de energia. Para contrapor essa ideia de apenas progresso, insurgiram alguns personagens, como um sindicalista que se destaca no movimento em defesa dos ribeirinhos de Floresta, o senhor Fulgêncio Manoel da Silva⁸, nascido em Floresta em 1936, que deu voz à comunidade de aproximadamente 120 mil pessoas atingidas diretamente pela barragem, e reunia todos os que se sentiam prejudicados para explicar os seus direitos, como também formava comissões para decidir alternativas para o impasse entre eles e a Chesf.

Fulgêncio foi muito atuante durante a construção da barragem, sendo sua participação no movimento fundamental, participou na negociação para conseguir os direitos dos atingidos de receber casa e terra nas agrovilas, além de indenizações, linhas de crédito para os recém-assentados, assistência técnica, e a participação da comunidade e das entidades sindicais, o que lhe rendeu depois a diretoria do Sindicato dos trabalhadores rurais de Santa Maria da Boa Vista.

Quanto à barragem de Itaparica, atingiu ao todo sete municípios, sendo quatro em Pernambuco e três na Bahia, num total aproximado de cento e dezesseis mil pessoas atingidas diretamente. O que levou a pastoral da terra a se reunir com a população para reivindicar providências e denunciar a Chesf, por não estar cumprindo o que prometeu a população e agir de forma arbitrária, segundo eles. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/07/1980, p. 5).

A luta de muitos moradores e agricultores das terras inundadas pela Chesf foi maior e mais difícil para os posseiros por não terem a documentação de propriedade da terra que

⁸ Fulgêncio Manoel da Silva foi sindicalista e Presidente do Diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) de Santa Maria da Boa Vista (PE) quando foi assassinado em 18 de outubro de 1997, aos 61 anos, vítima de um tiro nas costas. Há suspeita de que ele foi assassinado por lutar contra o plantio e tráfico de maconha no sertão de Pernambuco, área conhecida como o Polígono da maconha. (FSP, 1997, [s.p.]).

cultivavam e residiam. A obra de construção da barragem foi interrompida várias vezes por falta de verba e só foi concluída em 1985, entrando em funcionamento em 1988 com a inundação.

Porém, em outubro de 1987, portanto, um ano antes da inundação, uma reportagem denunciou que a penitenciária de Floresta, após dez anos de construída, permanecia ainda desocupada, porque a área seria inundada quando houvesse a construção da barragem de Itaparica “[...] isso aconteceu há dez anos e até hoje a inundação não aconteceu, o que, segundo as autoridades federais, ocorrerá, possivelmente no próximo ano, caso não ocorra novo corte de verbas orçamentárias.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/10/1987, p. 5).

Em suma, optamos por iniciar nossas pesquisas a partir do ano de 1970, dada a previsão de fechamento da Casa de Detenção do Recife (CDR) - que estava superlotada, e o seu prédio necessitava passar por reformas. O governo estadual entendeu que a retirada dos presos do centro da cidade do Recife e sua realocação em locais mais distantes seria o melhor. Um desses locais seria o município de Floresta, e para tanto se fazia necessária a construção de um aparato prisional na referida cidade. Deram-se as obras da PAS, e apesar de ter sido construída nos melhores padrões da época e inaugurada poucos anos depois já estava condenada pela inundação da barragem de Itaparica que ocorreu na década seguinte, um reservatório de 150 km² de comprimento alagou 834 km² de terras de boa qualidade.

A Chesf desapropriou 10.500 famílias de agricultores ribeirinhos e moradores da zona urbana das cidades de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, no Estado de Pernambuco, e os de Glória, Rodelas e Chorrochó na Bahia. Com a inundação, cidades foram transferidas, Rodelas e Glória na Bahia e Petrolândia e Itacuruba em Pernambuco. (MARQUES, 2018, p. 73).

A PAS teve um curto período de existência, logo foi esquecida, mas foi muito comentada na época pelo projeto revolucionário, sendo aberta, e o fato de não ter grades e oferecer uma vasta área para a agricultura e criação de animais típicos da região sertaneja. A produção era para o consumo dos presos e funcionários e o excedente vendido para população em geral. (DP, 02/06/1977, p. 4).

Durante a pesquisa verificamos que a Chesf demorou anos para cumprir o acordo firmado entre a empresa e os moradores que seriam atingidos pelas obras para as agrovilas. Foi necessária a união dos ribeirinhos e moradores atingidos pela desapropriação com

entidades sindicais e com movimentos religiosos, o Movimento dos Sem-terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), vários sindicatos, e partidos políticos e a pastoral da igreja Católica. Período de muito sofrimento para aqueles que viviam da agricultura. (VIANA JÚNIOR, 2018, p. 37).

Acrescentemos que nossas pesquisas não dizem respeito a julgamento de critérios de tipos de punição ou ressocialização. Contudo, achamos prudente fazermos um apanhado da temática para melhor entender alguns aspectos que inevitavelmente eram vinculados aos discursos dos responsáveis pela criação da Penitenciária de Floresta, a exemplo de Michel de Foucault (*Vigiar e Punir*), Erving Goffman (*Manicômios, prisões e conventos*), Dario Melossi, e Massimo Pavarini, (*Cárcere e Fábrica*).

A percepção ampla de Foucault se faz presente nas páginas do livro *Vigiar e Punir*, destaquemos a ênfase que ele dá ao controle social e aos castigos, bem como a evolução deles entre os séculos XVII e XIX. A obra é subdividida em quatro grandes partes *I- Suplício; II- Punição; III- Disciplina e IV- Prisão*. Primeiramente é apresentado um estilo de punição de crimes que era o Suplício. Todas as formas de violência física aplicadas em um só corpo ao mesmo tempo, até que não houvesse mais vida, então o corpo era queimado e as cinzas jogadas ao vento. Tudo de forma ritual, assistido pelo público como exemplo de punição a quem praticasse crime:

Apresentamos exemplo de suplício e de utilização do tempo. Eles não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes. Mas definem bem, cada um deles, certo estilo penal. Menos de um século medeia entre ambos. É a época em que foi redistribuída, na Europa e nos Estados Unidos, toda a economia do castigo. Época de grandes “escândalos” para a justiça tradicional, época dos inúmeros projetos de reformas; nova teoria da lei e do crime, nova justificação moral ou política do direito de punir; abolição das antigas ordenanças, supressão dos costumes; projeto ou redação de códigos “modernos”: Rússia, 1769; Prússia, 1780; Pensilvânia e Toscana, 1786; Áustria, 1788; França, 1791, Ano IV, 1808 e 1810. Para a justiça penal, uma era nova. (FOUCAULT, 1987, p. 11-12).

O que o autor diz claramente é que a certeza da punição deve ser suficiente para evitar o cometimento do crime. A justiça deixa de praticar a violência na punição aos poucos e agora é a publicidade que causará vergonha, a sentença, que será pública, e a condenação pelo crime buscam demonstrar que o juiz procura não apenas a reparação quando condena, busca curar o criminoso, mas, isso nem sempre ocorre. O ambiente prisional é altamente pernicioso e a convivência com todo tipo de criminoso acarreta um desvio de conduta, o que é altamente

perigoso. Muitos voltam a delinquir e a cometer outros tipos de crimes e violências tal qual foram submetidos durante o encarceramento, e então regressam ao sistema prisional.

Punir apenas com restrição de liberdade não era suficientemente eficaz, foi necessário acrescentar a perda de bens, os trabalhos forçados, a redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. Assim, evoluiu a punição no final do século XIX. Nada disso mostrou-se suficiente para a correção do criminoso, do delinquente. No Estado surge então o ideal de após o cumprimento de parte da pena, fazer com que o apenado comece a sentir o prazer da liberdade aos poucos, tornando-se um elemento confiável e vivendo num espaço onde pode trabalhar e conviver de forma mais próxima da liberdade, sem grades.

No livro *Manicômios, prisões e conventos*, Goffman nos apresenta de forma clara a realidade desses ambientes onde o sofrimento começa pela reclusão e forte vigilância, perda da personalidade a que são submetidos ao perderem seus pertences pessoais e serem obrigados a usar fardas, o mesmo corte de cabelo, comerem a mesma comida e dormirem em ambientes coletivos, sujeitos a todos os inconvenientes provocados por essa mistura de gente de diferentes estilos de vida, vícios e desvios de condutas.

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de alguma das nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações, profanações do eu. O seu eu, é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. (GOFFMAN, 2015, p. 24).

Mudam as instituições, mas a orientação de comportamento é exigida da mesma forma, seja num manicômio, numa prisão ou num hospício, todos devem obedecer às regras ou estarão sujeitos à punição. Não adianta a revolta, ao contrário, ela traz mais sofrimento que benefício. Os administradores delegam poderes de guarda e cuidados dos internos a determinados funcionários que não devem manter nenhum tipo de amizade ou vínculo com os internos para que possam usar da autoridade que lhes foi confiada e cumprir as ordens e contribuir para a organização do lugar.

Não há muita diferença entre a organização de um quartel, uma escola ou um convento, salvo as devidas proporções, quanto às necessidades e peculiaridades de cada um. É necessário regras de conduta que sirvam para todos que estão submetidos naquele ambiente.

Mesmo as instituições religiosas usavam as penitências como forma de punição para quem cometesse um pecado, daí o nome penitenciária, pois eram enviados a um local onde ficariam em penitência por determinado tempo purgando seus pecados.

Dario Melossi e Massimo Pavarini em *Cárcere e Fábrica* explicam didaticamente as origens do sistema penitenciário, séculos XVI – XIX quando relatam que as casas de correções (*houses of correction ou workhouses*) perderam sua finalidade original que era ressocialização do homem criminoso, desempregado ou pobre, recolhido para esses locais, por meio do trabalho obrigatório e produtivo, afirmando que: “foi na tentativa de resolver este problema que a fantasia reformadora do jovem Estado americano encontrou, na política do controle social, sua “invenção” mais original: a penitenciária (*penitentiary system*).” (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 186).

Mais adiante, explica que é um equívoco pensar que a penitenciária seria mesmo uma célula produtiva ou que tenha utilidade econômica, mesmo que se tenha tentado fazer isso funcionar, nunca houve realmente sucesso. No cárcere, o criminoso era transformado em proletário, sujeito disciplinado, preparado para trabalhar nas fábricas.

Lendo os citados autores, sugeridos em aula durante o mestrado, pudemos ir visualizando elo entre os dois mundos, o jurídico e o histórico. Foi através da curiosidade que buscamos compreender a realização do projeto da Penitenciária de Floresta, enfocando aspectos de legislação também, a exemplo do Código Penal Brasileiro. Compreendemos que, sob a ótica dos governantes, a construção da PAS foi, segundo os seus criadores, uma iniciativa que buscava solucionar o problema do condenado sertanejo que vinha cumprir pena na cidade, ocasionando um grave problema social para suas famílias que se dispersavam pela falta de estrutura financeira. E pela falta de apoio social e governamental, as mulheres dos detentos acabavam se prostituindo para sobreviver na cidade, e os filhos, muitas vezes, faziam o caminho que os levava direto ao mesmo destino de seus pais, presos e sem perspectivas de um futuro melhor. As justificativas quase que “apelativas” e “sensibilizadoras” não foram suficientes para manter o projeto e, como já dissemos anteriormente, estamos investigando os motivos entre ditos e não-ditos nas fontes pesquisadas.

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

Cartilha é um formato clássico, utilizado para manter uma comunicação mais atrativa entre interlocutores. Num tema como o nosso, que traz em seu bojo agruras do sistema prisional, “submersão” de recursos públicos com a destruição de uma Penitenciária, além de outros traumas com o desalojamento de camponeses, achamos por bem utilizarmos este artifício paradidático, com direito a ilustrações para que leitura não seja tão árdua quanto o conteúdo.

Nossa cartilha é destinada, a princípio, a graduandos em História e Direito, que tenham interesse em conhecer uma faceta do sistema penitenciário pernambucano tão pouco divulgado. Contudo, não nos furtamos da possibilidade de que ela seja lida por pessoas que se interessem pelo assunto, aqui damos um destaque para os moradores da cidade de Floresta.

Articulamos a cartilha em formato digital, em três partes, para que o leitor, seja ele pesquisador, estudante, ou mero entusiasta da História, consiga captar a problemática da penitenciária submersa de forma contextualizada e de fácil acesso nas plataformas.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto apresentado é do gênero cartilha paradidática, criada na modalidade digital, sob a orientação técnica de profissional do ramo do designer gráfico que resultará em arquivo no formato PDF. A seguir, algumas imagens:

Imagem nº 11: Capa



Fonte: Acervo pessoal/ Designer: Dan Gonçalves, 2021.

Imagem nº 12: Folha de rosto

Itala Silvana de Oliveira Paes Barreto

**PRIMEIRA
PENITENCIÁRIA
ABERTA DO SERTÃO:**
entre a construção e a
submersão (1970-1988)

Recife
2021

Fonte: Acervo pessoal/ Designer: Dan Gonçalves, 2021.

Imagem nº 13: Sumário

PRIMEIRA PENITENCIÁRIA ABERTA DO SERTÃO: 

SUMÁRIO

 **INTRODUÇÃO****1****PANORAMA PRISIONAL PERNAMBUCANO**

- 1.1 - A “obsolescência” do sistema prisional pernambucano na década de 1970
- 1.2 - Esferas de poder, legislações e reformas
- 1.3 - Repercussões na capital e no interior

2**A PENITENCIÁRIA DE FLORESTA**

- 2.1- Floresta, município estratégico
- 2.2 - Um modelo de penitenciária
- 2.3 - Muito investimento pouca duração

3**POR ÁGUA ABAIXO**

- 3.1 - Barragens: símbolos de imponência e desenvolvimentismo
- 3.2 - Reações ao estabelecimento da Barragem de Itaparica
- 3.3 – E as águas “aprisionaram” a Penitenciária

 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** **GLOSSÁRIO** **REFERÊNCIAS** **Fontes** **Bibliografia**

Fonte: Acervo pessoal/ Designer: Dan Gonçalves, 2021.

Imagem nº 14: Introdução

PRIMEIRA PENITENCIÁRIA ABERTA DO SERTÃO: _____

INTRODUÇÃO

Esta cartilha é resultado de uma pesquisa realizada durante o mestrado em História (PPGH- UNICAP), que teve por foco analisar aspectos da Penitenciária Aberta do Sertão entre os anos de 1970 a 1988 – período que abrange a construção predial até o encerramento compulsório de suas atividades. Localizada na cidade de Floresta –PE, este aparato prisional foi visto como “modelo”, diante da inovação, já que seria o primeiro experimento “aberto” do Brasil, isto é, nesse local os apenados poderiam cumprir suas sentenças com menos rigidez quanto ao confinamento. Inclusive, alguns internos que já haviam cumprido boa parte da pena poderiam realizar atividades profissionais remuneradas, principalmente, nos campos da agricultura e pecuária.

Observamos que, o mesmo governo que ergueu a penitenciária, paralelamente alegava que em nome de outras prioridades para o desenvolvimento econômico e social no Nordeste, como o fornecimento de energia elétrica e irrigação, enveredou a construção de barragens, dentre elas a de Itaparica. Esta, ao ser inaugurada, encobriu com suas águas parte do território que margeava o Rio São Francisco, plantações, praças, casas e outras edificações ficaram submersas – incluindo a Penitenciária de Floresta (PAS).

Para trazer à tona algumas dessas particularidades desses projetos paradoxais, dividimos esta cartilha em três grandes partes: na primeira abordaremos de forma panorâmica, o sistema prisional pernambucano da década de 1970, incluindo reformas que versavam pela construção de novas penitenciárias no estado; em seguida focaremos na Penitenciária Aberta do Sertão, em si: localização, questões prediais, entre outras; na terceira parte trataremos da inundação da penitenciária, sem nos furtarmos a algumas reflexões das consequências que as águas de Itaparica acarretaram.

Assim, nas páginas a seguir, poderão ser contempladas desde análises de um discurso governamental de “progresso” em contraste com o de “tristeza” de muitos ribeirinhos que ficaram sem suas casas e terras para subsistir. Esperamos que este trabalho sirva para o estudo de graduandos nas áreas de História e Direito, bem como a outros interessados no assunto. Destacamos que é um aporte preliminar das questões, fazendo votos que pesquisas mais aprofundadas surjam futuramente.

Fonte: Acervo pessoal/ Designer: Dan Gonçalves, 2021.

Imagem nº 15: “Cortina”



Fonte: Acervo pessoal/ Designer: Dan Gonçalves, 2021.

Imagem nº 16: Desenvolvimento – Capítulo 1

PRIMEIRA PENITENCIÁRIA ABERTA DO SERTÃO:

1.1- A “obsolescência” do sistema prisional pernambucano na década de 1970

Na transição dos anos 1960 para 1970, “precariedade” era um termo bastante utilizado pela imprensa para se referir as cadeias públicas. Contudo, a situação retratada em cidades do interior de Pernambuco, tinham tons superlativos: “Precaríssima [...] as administrações se sucedem e os velhos pardieiros a desafialas” (Diário de Pernambuco, 13/05/1970, p. 8). A crítica apontava tanto para a situação predial, que remontava ao século XIX, e não tinha a adequada manutenção, nem supriam as atuais necessidades dos ocupantes: “Cubículos, que servem ao mesmo tempo de dormitório, cozinha e sanitário, escuros e sem ventilação necessária [...] a alimentação é quase nada [...] sem a menor parcela de higiene proliferam as doenças [...]” (Diário de Pernambuco, 13/05/1970, p. 8).



Das informações captadas inferimos que os apenados ficavam ali por meses ou anos a espera de julgamento e, como ainda hoje ocorre, o excesso de tempo para receberem a condenação e seguir para uma prisão na capital, isso com combinação de fatores, degradantes que em muitos casos levavam os presos até a morte, por exemplo em decorrência da tuberculose.

Já na segunda metade da década de 1970 outras preocupações foram estampadas pela imprensa, a exemplo com o pouco uso da “laborterapia”, que seria a combinação entre estudo e trabalho, durante a pena para evitar a ociosidade entre os detentos. Essa preocupação foi defendida pelo Promotor Altayr Venzon no V Congresso Nacional do Ministério Público, realizado na cidade do Recife em 1977. Venzon foi responsável por uma espécie de radiografia das penitenciárias brasileiras, detectando que “[...] com a população carcerária em torno de 30 mil pessoas, as condições de trabalho [...] são proporcionadas aproximadamente a 5 mil pessoas. (Diário de Pernambuco, 09/10/1977, p.4).

As imagens visam trazer ao público um *design* arrojado. A “paleta de cores” do produto obedece aos seguintes princípios: a) Branco: limpeza e clareza – utilizada para fundo de páginas de textos informativos; b) Preto: força, destaque e contraste – utilizada principalmente nas letras; c) Vermelho: alerta, perigo – utilizada para chamar a atenção em textos e /ou imagens e d) Cinza: sobriedade, base, neutro – ideal para trazer elementos que representem o passado. Destaque-se que a capa (imagem nº 1) tem uma aura documental, trazendo duas imagens em preto e branco, retiradas de periódicos.

5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

A cartilha, além de constar no repositório da Universidade Católica de Pernambuco, será ofertada a bibliotecas, a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (<http://www.biblioteca.pe.gov.br/>), a Biblioteca Pública Municipal Belmina Ferraz (Floresta – PE) e Biblioteca Digital do município de Floresta (<https://floresta.pe.gov.br/biblioteca-digital/>). Salientamos que o material será disponibilizado de maneira gratuita e poderá ser lido a partir de *gadgets* como computadores, tablets, celulares ou qualquer outro aparelho similar, visto que essa é uma maneira usual e prática para disseminar informação e cultura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compor este relatório realizamos uma pesquisa multidisciplinar na qual buscamos um diálogo entre fontes primárias e teóricos para um melhor entendimento dos fatos históricos. Ao longo desse percurso, percebemos que o governo tinha grande interesse na construção de várias penitenciárias para encarcerar seus condenados. No caso da Penitenciária do Sertão, houve demora na construção, e seu período de funcionamento foi mínimo. Pouco após sua inauguração, em 1975, já se tinha conhecimento que ela seria inundada.

A imprensa, incluindo a oficial do estado, expunha que a transferência deveria ocorrer em 1976, e os apenados no sertão deveriam “[...] cumprir suas sentenças em Itamaracá ou Canhotinho” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 20/ 02/1976). Contudo, isso não ocorreu de imediato, pois no ano de 1977, outra reportagem afirmava que

ainda havia quarenta apenados na penitenciária. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13/02/1977, p. 82), ou seja, bem mais do que se contabilizou alguns meses antes.

Percebemos que o não cumprimento das transferências deu-se devido à apelação que as autoridades faziam às instâncias competentes, argumentando que a inundação não se daria em pouco tempo - o que de fato só ocorreu quase uma década depois, em 1988 - e que seria importante não desperdiçar de pronto os mais de quatro milhões de cruzeiros entre a construção de prédios e a compra de maquinário, uma vez que estava fornecendo a oportunidade aos apenados de se reeducarem e lucrarem com o plantio abundante de culturas como cebola, feijão, arroz, tomate e milho.

Ao contrário do esperado pela população de Floresta, houve um aumento substancial da pobreza, que gerou fome e desajuste na vida da comunidade ribeirinha. Sabemos que a construção de barragens no Rio São Francisco teve início em 1911, em Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Xingó. A barragem de Itaparica, que teve início em 1979, atingiu 65.000 pessoas, numa área de 834 km², inclusive 669 índios da tribo Tuxá, quando foi inundada a área em 1988. Poucos anos após a inauguração da PAS. (MARQUES, 2018, p. 65).

Todos os impactos causados pelos barramentos da região causaram grandes danos às vidas daquelas pessoas. As perdas reclamadas por moradores ribeirinhos são também ligadas à memória. Suas casas, suas plantações, igrejas, escolas, cemitério e conseqüentemente a penitenciária foram “aprisionados pelas águas de Itaparica”. – Convém citar que em Floresta apenas uma parte da região foi inundada, e sua população realocada para agrovilas posteriormente irrigadas.

O que foi idealizado para melhorar a vida da população estava trazendo transtornos irreparáveis, para recomeçar uma nova vida nas agrovilas seria necessário, além da irrigação, a fertilização para plantar tudo novamente, pois a terra árida e improdutiva assim exigia. Todo esse movimento de mudanças atingiu negativamente os mais idosos que deixaram suas lembranças nas casas que viveram e que viram ser inundadas.

Para os apenados, a oportunidade da PAS estava acabada, seriam levados para outras localidades e os problemas ainda seriam maiores, pois a mudança atingia toda comunidade ribeirinha que teria que se adaptar a uma nova realidade. A CHESF ainda levou anos para concluir grande parte das barragens e para pagar indenizações aos ribeirinhos.

Vemos assim que o projeto de desenvolvimento para obtenção de energia elétrica com as construções das barragens tornou-se mais importante na visão do governo do estado, ainda assim, o esforço na construção de várias penitenciárias em Pernambuco foi necessário, pois era preciso combater aqueles que buscavam seus direitos territoriais e políticos.

Gostaríamos de salientar por fim que apesar de não termos trabalhado com a metodologia da história oral, sondamos informalmente por contato telefônico algumas pessoas para saber do conhecimento que tinham sobre a construção da PAS. Dessas pessoas com as quais tivemos contato, apenas um indivíduo da terceira idade tinha lembranças vagas sobre o ocorrido, os mais jovens desconheciam totalmente o fato – percebemos isso inclusive entre alguns memorialistas e blogueiros do município. Desejamos que o material produzido por nós venha contribuir para que não haja um apagamento dos referidos acontecimentos em Floresta.

7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

- **Sites, blogs e afins:**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE FLORESTA. Disponível em: https://www.floresta.pe.leg.br/FlorestaPE_Brasao.png/view. Acesso em: 18 mai. 2022.

CODEVASF. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/>. Acesso em: 13 out. 2021.

IBGE. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18305-rios-do-brasil.html>. Acesso em: 06 set. 2021.

POLO SINDICAL DOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS PE/BA. [2013] Disponível em: <https://polosindicalsubmediosaofrancisco.blogspot.com/2013/10/homenagem-do-polo-sindical-peba.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

PREFEITURA DE FLORESTA. Disponível em: <https://floresta.pe.gov.br/>. Acesso em: 13 out. 2021.

- **Iconografia**

Imagem nº 1 – “**Laborterapia**”. Fonte: Marcelo Barreto, 2022.

Imagem nº 2: Brasão do Município de Floresta. Fonte: Assembleia Legislativa de Floresta, 2022.

Imagem nº 3: **Localização do Município de Floresta**. Fonte: Loureiro, G.H. et al, 2016, p. 865. Adaptado.

Imagem nº 4 : **Visão cartográfica do terreno da PAS**. Fonte: Chesf (s/d), (adaptado).

Imagem nº 5: **Detalhe da fachada da PAS**. Fonte: Natanael Guedes (1975) JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32.

- **Periódicos:**

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14/08/1973, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=Penitenci%C3%A1ria%20o%20Sert%C3%A3o&pagfis=46010. Acesso em: 05dez 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 02/06/1977, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%22%20%22cebola%22&pagfis=101334. Acesso em: 28 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/03/1972, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20cadeias%20e%20penitenci%C3%A1rias%20em%20pernambuco&pagfis=25222. Acesso em: 25 out. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 30 ago 1972, p. 6. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=Itamarac%C3%A1%20receber%C3%A1%20300%20presos&pagfis=31707. Acesso em: 30 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 29 dez 1974, p. 2. Disponível em:

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=Penitenci%c3%a1ria+Floresta+INAUGURA%c3%87%c3%83O&pagfis=65043 acesso em: 09 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 07/01/1980, p. 11. Disponível em :

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pagfis=341, Ano 1980\Edição 00006 (2). Acesso em: 09 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 01/07/1980, p. 5. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22pastoral%20da%20terra%22%20%22Itaparica%22&pagfis=10448. Acesso em: 09 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/10/1987, p. 5. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22Barragem%20de%20Itaparica%22&pagfis=125935, Ano 1987\Edição 00279 (1). Acesso em: 09 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 22/11/1975, p. 5. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22Penitenci%c3%a1ria%20de%20Floresta%22&pagfis=77476. Acesso em: 20 out. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/03/1975, p. 12. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=penitenci%C3%A1ria%20do%20sert%C3%A3o%20foi%20inaugurada%20em%201975&pagfis=67693. Acesso em: 20 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/02/1988, p. 21. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=barragem%20de%20itaparica&pagfis=131291. Acesso em 15 fev. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO, 18/10/1997, [s.p.]. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/18/opiniaio/3.html>. Acesso em: 04 dez. 2020.

JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=penitenci%C3%A1ria%20Aberta%20de%20Floresta%20Sert%C3%A3o%20Pernambuco&pasta=ano%20197&pagfis=119399. Acesso em: 08 fev. 2021.

JORNAL DO BRASIL, 31/05/1988, p. 17. Primeiro caderno. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=inaugura%c3%a7%c3%a3o%20barragem%20de%20itaparica&pagfis=157427. Acesso em: 15 fev. 2021.

8. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria do Carmo. Nilo Coelho. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 6 ago. 2009.

BARBALHO, Alexandre Almeida. *Corpos e mentes dilacerados: o grotesco nas imagens da seca de 1877*. **Trajeto**: revista de História da UFC, Fortaleza - CE, 2005. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19985>: Acesso em: 28 nov. 2020.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CESAR, Tiago da Silva. As oficinas e o trabalho penal dos condenados da Casa de Correção de Porto Alegre (1895-1930). **Tempo**, Niterói, v. 27, set/dez 2021^a, p. 501-599. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2021v2702>. Acesso em: 18 jan 2022.

CESAR, Tiago da Silva. Trabalho, lucro e regeneração na Casa de Correção de Porto Alegre durante a República Velha. **Millars. Espai i Història**, Castelló de la Plana, Espanya, v. Ll, n. 1, dez. 2021b, p. 135-177. 2021b. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8277810>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CHESF. **Projeto Itaparica**. Anexo de fotos. 1 doc, digitalizado. Acervo da CHESF, 2022.

FERRAZ, Tatiana Valença. **A formação da sociedade no sertão pernambucano: trajetórias de núcleos familiares**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7841/1/arquivo7773_1.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

FICO, Carlos. Quem escreve a História: a qualificação do historiador. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. **Novos combates pela história: desafios-ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**: Petrópolis, Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

LOUREIRO, G.H. *et al.* Modelagem da distribuição diamétrica de espécies lenhosas da caatinga, semiárido pernambucano. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 26, n. 3, p. 863-874, jul.-set., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cflo/a/6zV5MXbn3ChxFLF5PCtm9KL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2022.

LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020.

MARQUES, Juracy. Barramentos do São Francisco. In: MEZEZES, Luciano; MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo. **Barrando as Barragens: o início do fim das hidrelétricas**. 2^a ed.: UEA, Manaus: Edições/PNCSA, 2018.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)**. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2010.

MENEZES, Luciano Silva; MARQUES, Juracy; SANTOS, Robson Marques. Remoções de Barragens e Restaurações de rios. *In*: MEZEZES, Luciano; MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo. **Barrando as Barragens**: o início do fim das hidrelétricas. 2ª ed.: UEA, Manaus: Edições/PNCSA, 2018.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventários dos feitos modernizantes da cidade do Recife**: Sobre as mediações históricas entre a história recente do Recife e o Romance a Rainha dos Cárceres da Grécia, de Osman Lins. TESE (Doutorado – História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7422>. Acesso em 15 jul. 2020.

VIANA JÚNIOR, Aurélio. Grandes Projetos e modernização compulsória no rio São Francisco. *In*: MEZEZES, Luciano; MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo. **Barrando as Barragens**: o início do fim das hidrelétricas. 2ª ed.: UEA, Manaus: Edições/PNCSA, 2018.

ANEXO - Imagens

Imagem nº 1 – “Laborterapia”



Fonte: Marcelo Barreto, 2022.

Na imagem nº 1 vê-se a reconstituição de um dia de trabalho numa lavoura de cebola na Penitenciária.

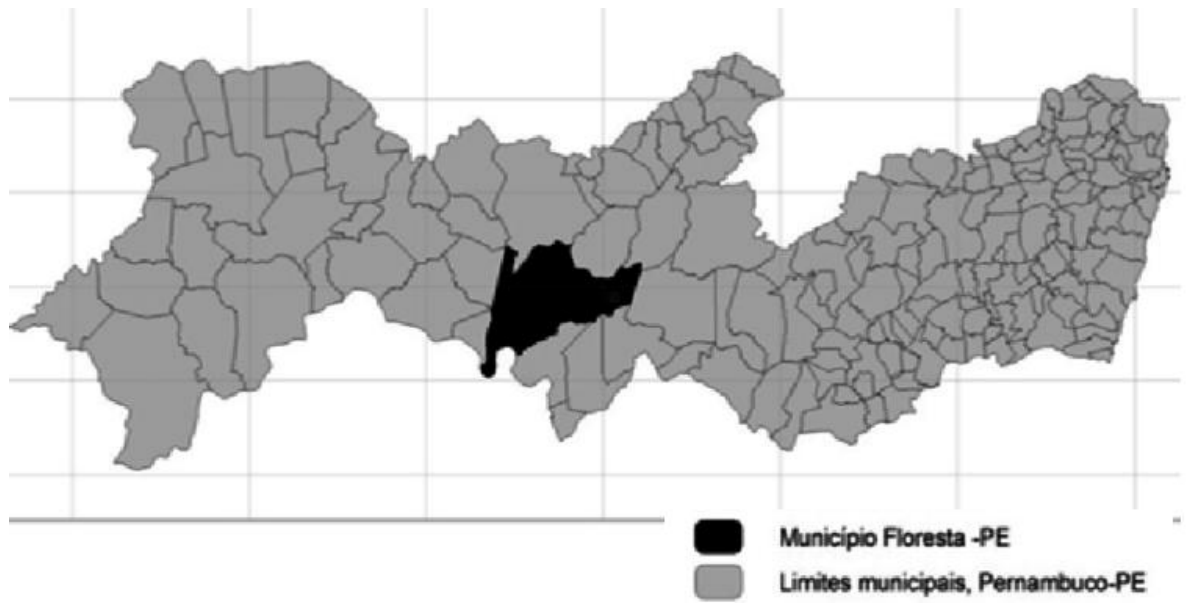
Imagem nº 2 – Brasão do Município de Floresta



Fonte: Assembleia Legislativa de Floresta, 2022.

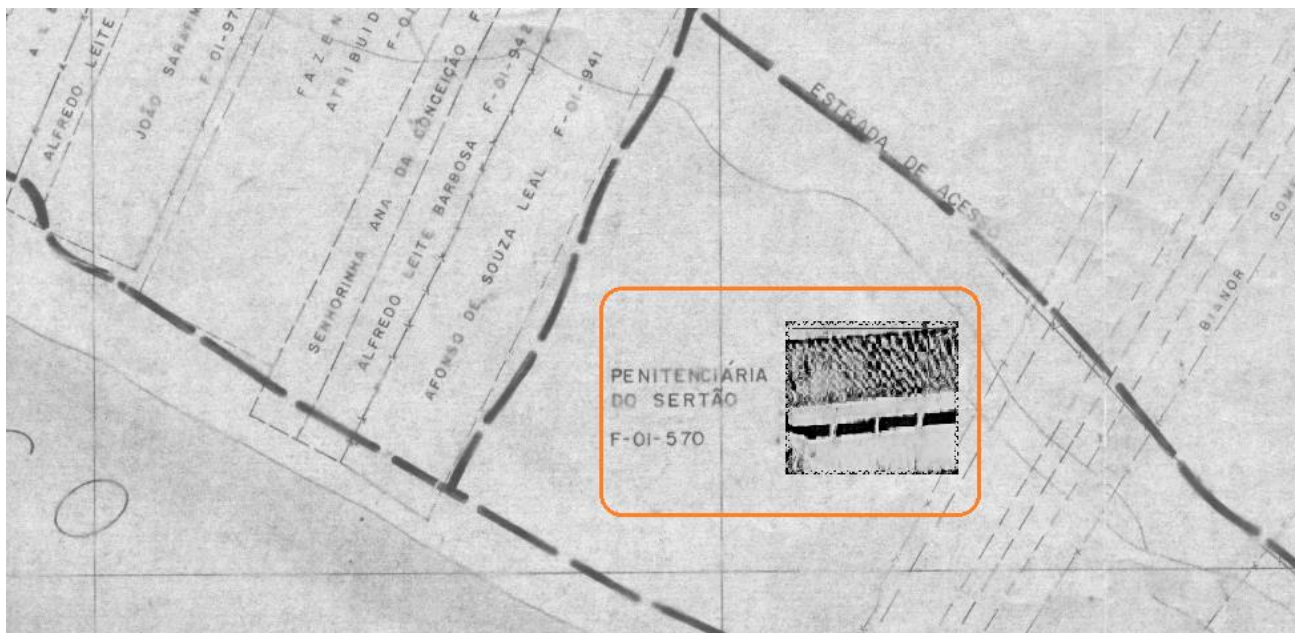
Na imagem nº 2 pode-se perceber na parte baixa uma faixa amarela escrito “Floresta” na cor verde. O Mesmo tom verde e amarelo em que aparecem um pouco acima e a esquerda cebolas e seus ramos.

Imagem nº 3 - Localização do Município de Floresta



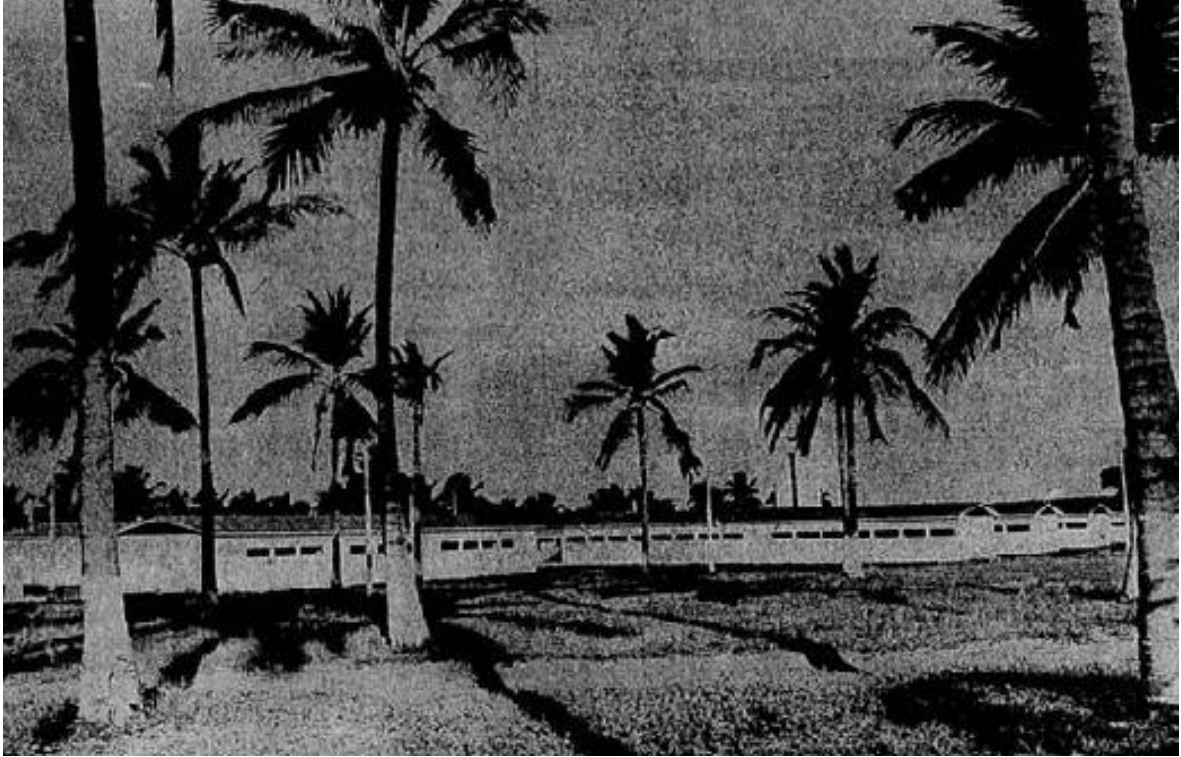
Fonte: Loureiro, G.H. et al, 2016, p. 865. Adaptado

Imagem nº 4: Visão cartográfica do terreno da PAS



Fonte: Chesf (s/d), (adaptado)

Imagem nº 5: Detalhe da fachada da PAS



Fonte: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32.